

O acordo com o Clube e os graves problemas internos

O último obstáculo para a efetiva volta do País ao mercado financeiro internacional parece ter sido transposto na última sexta-feira, através do fechamento do acordo de renegociação da dívida externa brasileira com o Clube de Paris. O acordo prevê o reescalonamento de US\$ 4,99 bilhões, dos quais US\$ 1,136 bilhão de juros e US\$ 3,85 bilhões do principal, com vencimento entre janeiro de 1987 e março de 1990.

Pelo acerto selado, serão pagos 30% desses juros, em duas etapas. A primeira, no valor de US\$ 170 milhões, no dia 1º de abril de 1990, quinze dias após o presidente José Sarney passar o cargo a seu sucessor. E a segunda, do mesmo valor, será desembolsada no mesmo dia, só que um ano depois. Os 70% restantes dos juros foram reescalados para serem pagos em até dez anos, com cinco de carência, a começar em abril de 1990.

Esse é o quarto e decisivo passo dado pelo Brasil para o total restabelecimento das suas relações com a comunidade financeira internacional. Os anteriores haviam sido, pela ordem, a deci-

são do Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos (Eximbank) e a de sua associada na área de seguros, a Foreign Credit Insurance Association (FCIA), em voltar a financiar as linhas de médio e longo prazo às exportações brasileiras; o empréstimo-ponte de US\$ 500 milhões, que teve a significativa adesão do governo dos Estados Unidos, responsável por 50% do total; e o empréstimo "stand-by" de dezoito meses aprovado no último dia 26 pelo "board" do Fundo Monetário Internacional (FMI), envolvendo créditos da ordem de 1,096 bilhão de Direitos Especiais de Saque (DES), o equivalente a cerca de US\$ 1,4 bilhão.

Esse novo lance do paciente trabalho de remontagem da desgastada imagem do Brasil no cenário mundial é duplamente importante. Primeiro, reforça a confiança dos organismos e governos internacionais no plano de estabilização do governo brasileiro. Depois reabre as portas para que o Eximbank, com o qual o País tinha uma dívida de US\$ 2,2 bilhões até maio último, volte a emprestar dinheiro a médio e longo pra-

zo. Vencida essa nova etapa, é certo que crescerão as pressões sobre os bancos que ainda relutam em aderir ao pacote de refinanciamento da dívida externa brasileira, que inclui empréstimos da ordem de US\$ 5,2 bilhões. A adesão dos reticentes é fundamental na medida em que o FMI exige o aval de 90% de bancos credores para que seja desembolsado o empréstimo "stand-by" ao Brasil.

Há, no entanto, motivos para otimismo. Até agora, todos os esforços despendidos no "front" externo têm redundado em acordos com os credores, restabelecendo, de certa forma, a confiança abalada com a decretação da moratória. A nosso ver, desde que não ocorram percalços de última hora, até o final deste mês ou, no máximo, do próximo, os 90% dos bancos privados terão assinado o acordo, atingindo o que se convencionou chamar de "massa crítica".

Mas se vitórias estão sendo saboreadas no contexto internacional, persistem os agudos problemas no plano interno. A inflação de julho foi a segunda maior

da história, cravando em exatos 24,04%. Mesmo com a previsão de um recuo neste mês, a cada bimestre a taxa inflacionária salta para patamares mais elevados: no primeiro bimestre deste ano ela foi de 17,24%; no segundo, de 17,65; e no terceiro, de 18,66%. Com o índice do mês passado, estão sepultadas as chances de uma inflação menor no quarto bimestre. Para que isso ocorra, a taxa, neste mês, deve ficar em torno de 13%.

Dentro desse contexto, é fundamental, portanto, que austeras medidas sejam tomadas. Há necessidade de cortes profundos no déficit, o que vai exigir, por parte do governo, coragem política. Há necessidade de consenso entre trabalhadores, empresários e governo que leve a um acordo para deter a marcha inflacionária. E há necessidade de sensibilidade política dos constituintes, neste difícil momento, nas votações do segundo turno, na análise e aprovação de emendas que possam ser nocivas ao País, anulando os necessários esforços para conter a inflação.